

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : JAI - Artigo 16.º
Proposition d'amendement au protocole:

Déposée par Monsieur : Luís Queiró

Qualité : Suppléant

A fim de reforçar a confiança mútua entre as autoridades competentes dos Estados-Membros e garantir a eficácia dos instrumentos comuns de cooperação policial e judiciária, o Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, (2 palavras suprimidas) leis-quadro que **se apliquem aos processos com implicações transfronteiriças** e que incluam regras mínimas comuns sobre:

- a admissibilidade das provas em toda a União;
 - a definição dos direitos individuais em processo penal, no respeito pelos direitos fundamentais;
 - os direitos das vítimas da criminalidade;
 - outros elementos específicos do processo penal, que serão previamente identificados pelo Conselho, deliberando por unanimidade após parecer favorável do Parlamento Europeu.
-

Explication éventuelle :

Na verdade, não parece útil a comunitarização total destas matérias, que podem complicar ainda mais o processo penal nos Estados-Membros, sendo uma intromissão em domínios que nunca foram competência da Comunidade ou União, para lá de – como acontece com as medidas de direito penal substantivo – prejudicarem a construção de uma política criminal coerente e capaz.